



ense

ENTIDADE NACIONAL PARA
O SETOR ENERGÉTICO E.P.E



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2021

Ficha Técnica

Título

Relatório de Sustentabilidade 2021

Edição

ENSE – Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E.

Sede

Estrada do Paço do Lumiar
Campus do Lumiar, Edifício D-1º Andar
1649-038 Lisboa

Tel. 213 114 140

Email: geral@ense-epe.pt

Armazenagem

Depósito POL NATO de Lisboa – Zona II

Rua Infante D. Henrique Nº67
São João da Caparica
2825-456 Costa da Caparica

Autor

Unidade de Reservas e Petrolíferas
Departamento de Estudos e Acompanhamento

Data da Edição

Março de 2022

Aprovado:
Filipe Meirinho

28/3/2022
Filipe Meirinho
Presidente do Conselho de Administração
Por delegação de competências
Deliberação n.º 568/2021
DR 2.ª série n.º 103

Índice

1.	Introdução	4
2.	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável	5
3.	Formação	6
4.	Redução de desigualdades	8
5.	Energia renovável acessível	10
6.	Trabalho digno e crescimento económico	12
7.	Infraestrutura	14
8.	Responsabilidade Social	15
9.	Alterações climáticas	16

1. INTRODUÇÃO

O contexto nacional e internacional, que têm condicionado de forma evidente os níveis de atividade económica e a trajetória de evolução dos níveis de crescimento potencial da nossa economia, têm sido variáveis exógenas com efeitos deveras condicionantes para o normal funcionamento das organizações deste setor.

Após um ano de 2020, que se traduziu no epicentro da crise pandémica e que gerou um efeito recessivo histórico, constatou-se uma progressiva recuperação e normalização das nossas sociedades um pouco por todo o mundo, que levou a que, por exemplo, as emissões mundiais de CO₂, recuperassem rapidamente durante o ano de 2021, acompanhando a alavancagem positiva do crescimento económico.

Ao mesmo tempo, a combinação de uma série de acontecimentos como o impacto da pandemia na atividade normal do sector energético, o rápido crescimento económico e, logo, o acelerar do ajustamento do lado da procura a um ritmo muito superior ao verificado na oferta, a que se juntou algumas paragens para manutenções inesperadas que condicionaram os níveis de *stock* de produtos e bens energéticos, associado a um clima de crescente tensão no Leste da Europa, ajudou a pressionar em alta os preços no setor energético um pouco por todo o mundo.

Em Portugal, de acordo com o Omie o preço do MIBEL atingiu máximos históricos atingindo os 400€ por MWh em dezembro de 2021 ^[1]. De igual modo, o petróleo BRENT começou o ano de 2021 a valer 51,09\$ e atingiu os 77,78\$ a 31 de dezembro de 2021, o que representa uma valorização de 52,24% ^[2]. Assim, este contexto internacional condicionou sobremaneira o setor e teve reflexos reais na economia portuguesa, bem evidentes no facto da inflação ter registado uma subida crescente e expressiva, algo que já não era comum há muito tempo.

Deste modo, este contexto macroeconómico tem condicionado as opções e aconselhado algum ajustamento nos planos de atividades e orçamento, não deixando esta Entidade de garantir que os indicadores económico-financeiros se mantenham em patamares que assegurem a plena sustentabilidade da organização na concretização eficaz das suas competências legais e estatutárias.

[1] OMIE: <https://www.omie.es/pt/market-results/daily/daily-market/daily-hourly-price>

[2] INVESTING: <https://pt.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data>

2. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

Guiando-se pelas boas práticas internacionais de reporte (*Global Reporting Initiative*)^[3], a ENSE descreve sucintamente como a sua intervenção partilha dos valores e objetivos designados pela ONU^[4] como *Sustainable Development Goals* (SDG).

Como parte da agenda para o desenvolvimento sustentável para 2030, as Nações Unidas definiram em 2015, 17 objetivos prioritários de cooperação internacional.

Neste âmbito, a ENSE identifica, nas páginas seguintes, as áreas em que a sua atividade contribui para os objetivos da ONU.



[3] GRI: <https://www.globalreporting.org/>

[4] ONU SDG: <https://sdgs.un.org/goals>



3. Formação

A ENSE tem um plano de formação anual para os seus colaboradores, que oferece a possibilidade, a cada trabalhador, de identificar as suas áreas de interesse e necessidades formativas. No âmbito desse plano, os colaboradores da ENSE frequentaram, ao longo de 2021, formações relacionadas com o desenvolvimento das suas competências, nomeadamente a sua atividade enquanto entidade fiscalizadora do setor energético e entidade central de armazenagem.

A formação proporcionada pela ENSE aos seus trabalhadores no decorrer de 2021, verificou-se inclusiva, uma vez que 94% dos seus trabalhadores participaram em pelo menos uma ação de formação. Ainda que se tenha registado uma quebra relativamente a 2020, onde 100% dos colaboradores tiveram formação, o valor ainda se destaca dos 61% atingidos em 2019.

Neste contexto, é também possível observar que no ano de 2021, registou-se um aumento no número de horas médio em formações por trabalhador de 12 horas e 32 minutos em 2020 para 78 e 25 minutos em 2021.

Reconhecendo a devida importância, tanto para a valorização profissional os seus recursos humanos, como para a manutenção de adequados níveis de eficiência e de competência técnica dos mesmos, a ENSE, E.P.E., tem vindo a investir cada vez mais na formação profissional aos seus colaboradores/as.

Com este propósito, em 2021, e com base num levantamento de necessidades formativas junto dos colaboradores e respetivas chefias, com especial enfoque na necessidade de capacitação dos colaboradores recentemente integrados na Entidade, foi proporcionada a formação profissional caracterizada pelos seguintes números:

Das diversas ações de formação proporcionadas aos colaboradores, merece destaque a ação de formação "Acolhimento e Integração de novos colaboradores", composta por formação interna e externa, com duração de 90 horas, a tempo inteiro, específica para os 11 novos inspetores e 4 especialistas que ingressaram na ENSE no início do ano, tendo como objetivo capacitá-los com as competências necessárias ao exercício das respetivas funções.

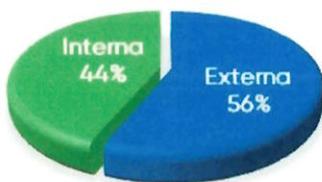
Ao nível da formação externa, o destaque vai para a formação "Introdução ao Setor Energético", ministrada pela AESE Business School, com a duração de 44 horas, onde participaram 20 colaboradores/as, das diversas carreiras, desde a área inspetiva, à área jurídica e à área das Reservas, com um volume de formação de 880 horas.

Ainda relativamente ao tema da aposta na formação dos seus colaboradores, perante o código do trabalho, a ENSE deve assegurar a cada trabalhador o direito individual à formação, através de um número mínimo anual de 40 horas de formação, mediante ações desenvolvidas na empresa ou a concessão de tempo para frequência de formação por iniciativa do trabalhador. Considerando que 2020 foi um ano excepcional, a empresa visou retomar os valores dos anos anteriores em 2021.



3. Formação

Volume da formação por tipo



Tipo de Formação	Horas
Externa	2208
Interna	1713
Total	3921

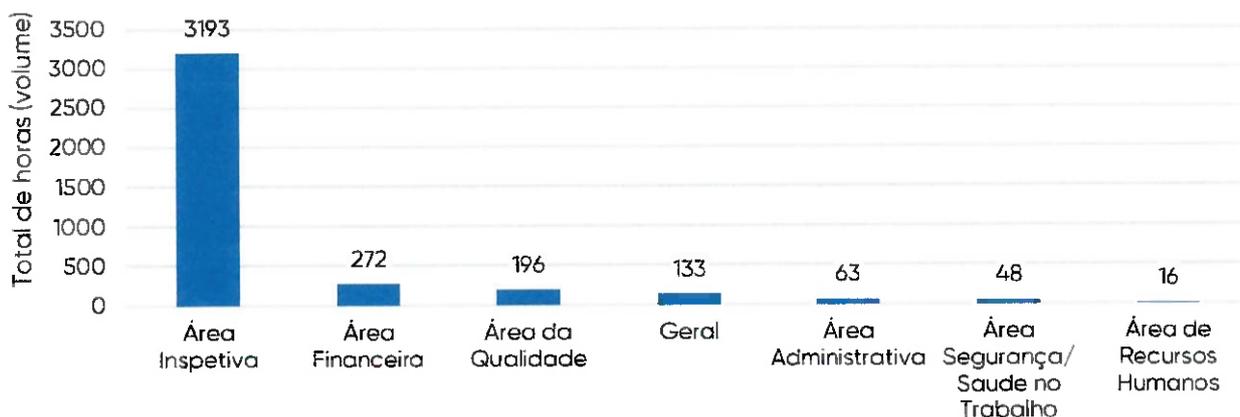
Percentagem de colaboradores/as envolvidos/as



Colaboradores	
Com formação	47
Sem formação	3
Total	*50

*Colaboradores que exerceram funções durante o ano de 2021

Incidência da formação - áreas de atividade





Por forma a cumprir com os objetivos plasmados na Resolução do Conselho de Ministros n. 13/2013, publicada em 8 de março de 2013 e complementada pela Resolução do Conselho de Ministros n. 18/2014, publicada em 7 de março de 2014, a qual tem como finalidade a promoção da igualdade de género no mercado de trabalho e da eliminação progressiva das desigualdades salariais entre mulheres e homens, a ENSE tem elaborado um Relatório sobre as Remunerações por Género, de três em três anos.

Em 2021, esta entidade procedeu à elaboração do [Plano para a Igualdade de Género para 2022](#), aprovado a 15 de setembro 2021, onde constam os compromissos da empresa traduzidos nas medidas que seguem:

- Integrar a Igualdade de Género e Não Discriminação nos principais documentos da empresa;
- Nomear um responsável pela implementação e acompanhamento do plano de igualdade;
- Criar um questionário, de base anual, para divulgação entre os trabalhadores;
- Promover a criação de procedimentos específicos para a comunicação e correção de situações de discriminação e assédio;
- Criação de um grupo de trabalho para apresentar propostas de nesta área, nomeadamente relativamente à flexibilização do teletrabalho, regimes de férias e folgas bem como harmonização de regimes laborais.

Em termos de igualdade entre o género masculino e feminino, houve alterações positivas, nomeadamente ao nível do género feminino, nos grupos profissionais dos Chefes de Departamento e dos Técnicos Administrativos. Em contrapartida nas carreiras de inspeção e especialistas continua a prevalecer o género masculino. No entanto, é de salientar que esta Entidade respeita o princípio da igualdade entre mulheres e homens.

Evolução dos RI† por grupo profissional – 2019-2021





4. Redução de desigualdades

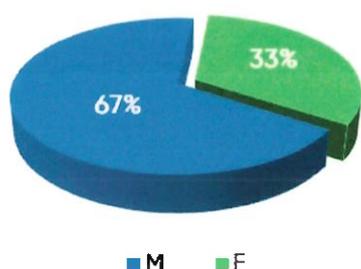
Seja com o intuito de fazer face ao aumento de competências que lhe têm vindo a ser atribuídas, seja para colmatar saídas de trabalhadores, a ENSE admitiu, entre janeiro de 2020 e agosto de 2021, um total de 18 colaboradores, dos quais 15 homens e 3 mulheres, todos com grau de licenciatura ou superior. Verificou-se uma predominância acentuada de contratações de colaboradores do sexo masculino, especialmente para a carreira de Inspetor, com a entrada de 10 colaboradores, todos do sexo masculino.

Tendo as contratações para aquela carreira ocorrido através de procedimentos de pré-seleção imparciais e não discriminatórios, a realidade é que se verificou uma fraca resposta de potenciais candidatos do sexo feminino aos procedimentos lançados, pelo que concluímos que a predominância de entradas de colaboradores do sexo masculino se justificou, essencialmente, pela própria natureza dos cargos a desempenhar e qualificações exigidas, centradas em cursos da área da Engenharia.

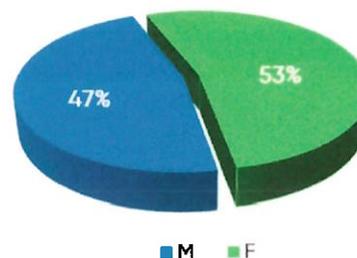
A média salarial dos colaboradores da ENSE, em 2021, revela uma pequena disparidade entre sexos, sendo ligeiramente superior para as mulheres, situação também motivada pela maior predominância de entradas de colaboradores do sexo masculino, para posições iniciais/de entrada nas respetivas carreiras.

Trabalhadores por Género e Médias Salariais em 2021*

% de trabalhadores por Género



Média Salarial por Género



*Informação à data de 15 de setembro, aquando a publicação do Plano para a Igualdade do Género para 2022



5. Energia renovável acessível

É competência da ENSE a promoção e fiscalização do cumprimento das metas para a incorporação de biocombustíveis nos combustíveis comercializados em Portugal, num esforço civilizacional de incremento de uma economia mais sustentável, circular e que utilize de forma mais eficiente os recursos.

Em paralelo, no desenvolvimento da sua atividade de fiscalização, a ENSE procura, sempre que possível, contribuir para novas soluções que incrementem opções ambientalmente mais sustentáveis. Um exemplo concreto desse contributo foi o investimento realizado no âmbito da renovação da sua frota de veículos automóveis, que inclui agora veículos híbridos.

Para além disso, importa referir ainda que a ENSE atualiza regularmente os seus equipamentos tendo também em consideração a sua eficiência energética.

No decurso do ano de 2021, com o retomar das suas atividades de forma mais assídua, as despesas com o funcionamento da entidade relativas à energia consumida constam na tabela que segue:

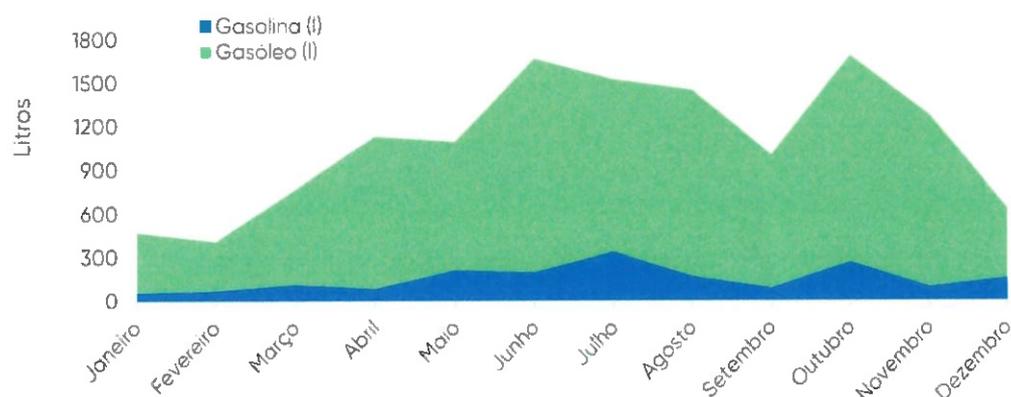
Despesa	2019	2020	2021	Δ%
Energia e fluidos	73 011	66 089	72 731	10%
Eletricidade	45 920	42 620	44 205	4%
Combustíveis	19 476	15 401	21 843	42%
Combustíveis Órgãos Sociais	3 214	1 198	2 248	88%
Combustíveis outros	912	1 219	873	-28%
Combustíveis Gasolina	751	1 997	3 465	74%
Combustíveis Gasóleo	14 598	10 988	15 257	39%

Despesas com energia ENSE

Fonte: Balancete

Relativamente ao consumo de combustíveis para a sua frota automóvel, durante a execução das suas funções, a ENSE registou os seguintes consumos:

Consumo de Combustíveis em 2021



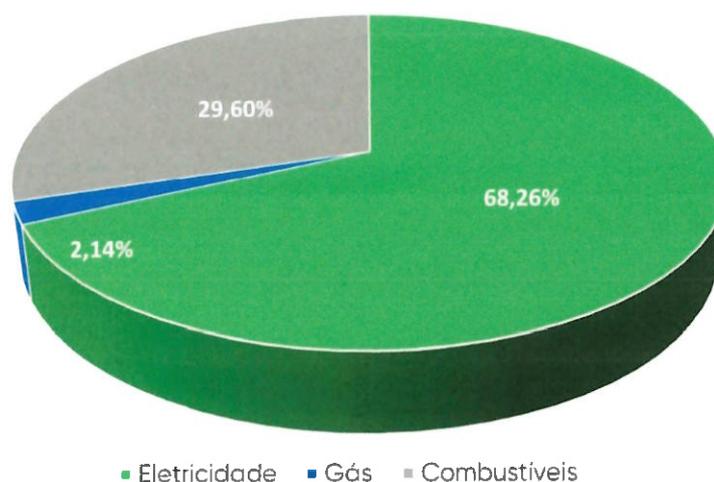


5. Energia renovável acessível

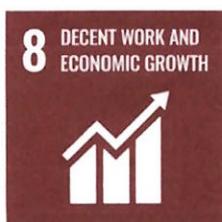
Na tabela que segue, é possível observar o consumo energético total da ENSE, tanto nas suas instalações como em deslocações:

Energia	Consumo	Unidade
Eletricidade*	326 345,00	kWh
Gás	927,00	m ³
Gasóleo	11 250,08	Litros
Gasolina	1 894,09	Litros

*Dado a restrições administrativas o valor apenas inclui o consumo nas instalações do Depósito POLNATO de Lisboa



De notar que cerca de 68.26% da energia consumida é na forma de eletricidade, enquanto os combustíveis totalizam 29,6% e o gás natural apenas 2,14%. Os dados utilizados para a análise carecem da inclusão dos consumos na sede por restrições administrativas.



6. Trabalho digno e crescimento económico

No cumprimento da sua função de fiscalização/supervisão, a ENSE executa e concretiza um processo de desmaterialização total dos seus processos de e para todos os operadores, o que permite agilizar ainda mais os procedimentos, evita a necessidade de um reforço ainda mais robusto de recursos humanos e de alocação de meios financeiros para o cumprimento cabal das responsabilidades legais, ao mesmo tempo que garante a qualquer um dos intervenientes uma ferramenta gratuita e tão simples quanto o possível que não acrescente custos operacionais.

A face mais visível desta estratégia foi a entrada em funcionamento do Balcão Único Eletrónico no dia 1 de abril de 2016, entretanto renomeado Balcão Único da Energia, que permitiu, até agora, o registo de mais de 5000 operadores, e facilitar acesso a um modelo de registo eletrónico de todas as obrigações legais previstas, ao mesmo tempo que garantiu uma informação estatística com um grau de *compliance* que nunca tinha sido alcançado anteriormente. Em 2021, o Balcão Único da Energia continuou a ser objeto de desenvolvimento, sobretudo dentro da proposta feita pela ENSE junto do governo no sentido de transformar esta solução numa ferramenta partilhada por todos os organismos públicos do setor energético, dando resposta ao objetivo estratégico da simplificação administrativa, no qual uma ligação permite uma interação total, única e centralizada.

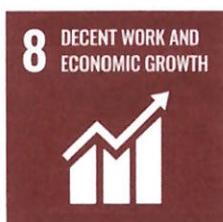
Além disso, a ENSE continuou a investir, em 2021 nas suas redes e plataformas de comunicações, seja através do desenvolvimento de uma intranet, seja através da implementação de uma nova plataforma tecnológica para a gestão da sua atividade de fiscalização, em território nacional.

A ENSE é uma entidade que dispõe de receita própria obtida juntos dos operadores junto do Sistema Petrolífero Nacional. Este facto torna-a autónoma no que aos rendimentos diz respeito, não dependendo de qualquer dotação orçamental proveniente do Estado Português.

Os seus estatutos preveem que a principal Unidade Operacional da entidade, a Unidade de Reservas Petrolíferas, recupere, "quantum satis", a totalidade dos seus gastos através da emissão de uma prestação pecuniária anual, a faturar e cobrar aos operadores petrolíferos.

Ademais, uma das parcelas de gasto contabilizadas anualmente, consiste no apuramento de uma verba inscrita no orçamento para o fundo estatutário, posteriormente executada, com o propósito de recomprar as reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolíferos, para compensar quebras do *stock* de reservas decorrentes do abastecimento do mercado energético nacional em situação de emergência, sendo que as verbas de reforço foram significativamente incrementadas em 2021.

ANOS	2019	2020	2021
Reforço do Fundo Estatutário	4 745 397,08 €	5 639 433,92 €	6 543 074,96 €



6. Trabalho digno e crescimento económico

Acresce mencionar que a Unidade afeta à fiscalização, a Unidade de Controlo e Prevenção, também dispõe atualmente de receita própria, sendo os rendimentos obtidos junto dos operadores do mercado petrolífero nacional e através da prestação de serviços associados à fiscalização de reservas.

Nestes termos, a sustentabilidade económica, financeira e patrimonial da ENSE tem sido alcançada.

O fundo estatutário é acumulado anualmente em *rubrica* específica dos capitais próprios, de acordo com as normas estatutárias da ENSE com o propósito mencionado.

Por esse facto, a entidade detém uma situação líquida acumulada tendencialmente crescente, em função da dotação anual para o fundo estatutário.

Para este apuramento é necessário expurgar o efeito de eventuais imparidades em inventário (perdas ou reversões) exigidas pela pelo referencial contabilístico vigente, IAS nº 2 e NCRF nº 18 cujo efeito é meramente potencial na medida em que a entidade não comercializa os seus *stocks* (reservas estratégicas).

Sistema de Avaliação de Desempenho

A ENSE, E.P.E. respeita e reconhece os esforços e empenho dos seus colaboradores no cumprimento da missão para a qual foi incumbida, na expectativa de obter deles cada vez mais o seu compromisso com a Entidade.

Assim, adotou uma política de valorização profissional dos seus recursos humanos, que assenta num sistema de avaliação do desempenho, efetuado anualmente, em associação com a antiguidade detida na categoria.

Os requisitos estão contemplados nos Regulamentos Internos, mais propriamente no Regulamento interno do Estatuto de Pessoal e Carreiras, em vigor desde 2018, e no Regulamento de Avaliação de Desempenho e respetivo Guia de Apoio, em vigor desde 2020, ambos alterados e republicados em 2021, considerando a necessidade de melhorias.

Em 2021, após conclusão do processo de avaliação de desempenho relativo ao ano de 2020, verificou-se o cumprimento dos requisitos da respetiva carreira, promoveu-se a alteração de posicionamento remuneratório de 21 colaboradores/as num universo de 30.



7. Infraestrutura

A ENSE faz um investimento contínuo na melhoria das suas instalações, tanto na sua sede como nas instalações do Depósito POLNATO de Lisboa, onde detém as reservas nacionais de combustíveis, garantido a segurança das mesmas, um reforço da sua operacionalidade.

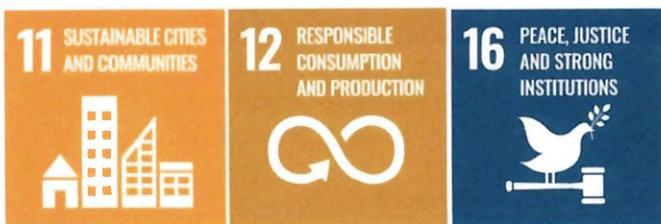
Durante o ano de 2021 a ENSE investiu um montante total de 826 973,20 € na melhoria das suas instalações, como segue:

INVESTIMENTOS EM INSTALAÇÕES 2021 (€)	
SEDE	74 980,00
POLNATO	751 993,20
TOTAL	

Adicionalmente, como sinalizado anteriormente, com o objetivo de melhoria das condições de trabalho dos funcionários e do impacto social da ENSE, por via do consumo de energia elétrica, foi solicitada a avaliação da qualidade e garantia dos adequados níveis de luminosidade, nos espaços de trabalho da sede da ENSE, com equipamentos que apresentem consumos de energia mais reduzidos, isto é, mais eficientes.

Neste contexto, e após análise do mercado nacional, foi solicitado um estudo e proposta de fornecimento e instalação, para substituição total da infraestrutura de iluminação do edifício sede da ENSE.

Foi feito um investimento no decorrer no ano de 2021 de cerca de 26 426.09€ que possibilitou a total substituição das fontes de luz convencionais por outras, de última geração, com maior eficiência (tecnologia LED), permitindo a gestão do fluxo luminoso em função da necessidade, possibilitando ainda que essa gestão seja feita automaticamente por via de sensores individuais. Adicionalmente, há o ganho no controlo de quantidade de luz em excesso nos postos de trabalho.



8. Responsabilidade Social

O impacto da atividade da ENSE é valioso, tanto na sua função de fiscalizador, garantindo não só sistemas de produção e distribuição responsáveis, mas também, a transparência e competitividade do setor através de mecanismos como os preços de referência dos combustíveis, e respetiva publicação de relatórios e estudos.

Neste seguimento, cabe também a ENSE, a monitorização tanto de reclamações bem como de acidentes na cadeia de produção e distribuição de todo o sector energético.

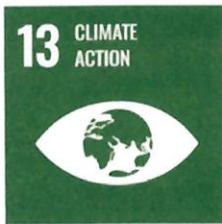
No domínio da responsabilidade social ENSE tem adotado uma postura proativa, positiva, pedagógica, mas exigente na defesa do interesse público e do cumprimento do quadro legal vigente, nunca deixando de procurar envolver e apoiar sempre a comunidade que a envolve.

No âmbito das competências estatutárias da ENSE, nomeadamente quanto ao controlo da qualidade dos combustíveis, são recolhidas amostras em todo o território nacional para análise. Após a publicação dos resultados analíticos, a ENSE procede à doação das amostras de combustível – não utilizadas na análise –, a instituições de solidariedade social legalmente reconhecidas, bastando o seu registo através do seu [site oficial](#).

Nos últimos anos, a ENSE procedeu já a doações a instituições tais como a CERCIOEIRAS (2016), a APCE – Associação de Paralisia Cerebral de Évora (2018) ou a Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco (2019) e mais recentemente, em 2021, ao CRIB – Centro de Recuperação Infantil de Benavente.

Após um maior impacto da situação pandémica que impossibilitou esta prática no ano de 2020, a ENSE retomou o processo de doação das amostras de combustível a instituições de solidariedade social legalmente reconhecidas, em 2021 e pretende dar-lhe continuidade nos anos subsequentes

Além disso, a ENSE nunca deixa de procurar promover uma relação positiva que ajude a alavancar a intervenção social e operacional no meio envolvente às suas instalações, sendo exemplo disso a manutenção do Protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Trafaria, entidade parceira na formação e promoção da prevenção e segurança das instalações da POLNATO, através do qual a ENSE contribuiu financeiramente durante o ano de 2021 para a aquisição de equipamentos de proteção individual para esta corporação com o objetivo de reforçar a proteção de pessoas e bens.



9. Alterações climáticas

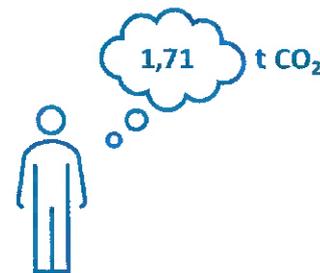
A ENSE foca as suas operações maioritariamente nas instalações da sede e do Depósito da POLNATO de Lisboa, com deslocações frequentes dentro de Portugal como parte da sua função de entidade fiscalizadora de todo o setor energético.

Neste âmbito, verifica-se que a fatia mais considerável da pegada ecológica está relacionada com o consumo de energia nas suas instalações bem como pelo uso da sua frota automóvel.

A tabela infra apresenta uma estimativa em toneladas de dióxido de carbono (CO₂) por cada tipo de energia consumida.

Energia	Emissões tCO ₂	Peso %
Eletricidade*	52,87	68,3%
Gás	2,01	2,3%
Gasóleo	29,84	33,5%
Gasolina	4,31	4,8%
TOTAL	89,02	

*Dado a restrições administrativas o valor apenas inclui os consumos na POLNATO.



Emissões por trabalhador - ENSE, 2021

Verifica-se que o maior impacto na pegada ambiental da ENSE (relativamente a emissões) está ligado à utilização de eletricidade, contudo, ainda que mantendo o seu consumo aos mesmos níveis de ano para ano, verifica-se uma redução na sua pegada ecológica com o aumento anual de energias renováveis no *mix* elétrico nacional.

Como consta na figura supra, a pegada carbónica por trabalhador na ENSE em 2021 foi de 1,71 t CO₂, um valor relativamente mais baixo (-32,07%) do que a valor registado em 2020, em que o valor ascendeu aos 2,52 t CO₂.

Por outro lado, a ENSE elaborou um Plano de Intervenção e Utilização das Reservas de Segurança (PIURSE) que se enquadra numa estratégia de resiliência a cenários de disrupção do setor petrolífero, mas que permitiu a criação do Centro de Coordenação Operacional da Energia que visa organizar respostas transversais de monitorização do normal funcionamento de todo o setor energético, e que, desse modo, visa replicar soluções de ligação, informação e articulação de respostas, que estão neste momento implementadas e que poderão ser os alicerces de um futuro Plano Nacional de Segurança Energética.

Adicionalmente, a ENSE é responsável por o acompanhamento e monitorização de acidentes nas instalações do setor energético.

